

Publicação retificadora devido ao erro de diagramação deste jornal na edição nº 10.623 divulgada em 22/03/2017.

Barigüi Financeira

BARIGÜI S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ: 00.556.603/0001-74 - Curitiba - PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Barigüi Financeira submete à apreciação de V. Sas. às Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores externos, referentes ao semestre e exercício findos em 2016.

O presente relatório alcança os dados consolidados das entidades componentes do Conglomerado Financeiro Barigüi, integrado pela própria Barigüi Financeira e também a Barigüi Companhia Hipotecária, sob a liderança da primeira.

Cumprindo o papel de uma Companhia de Crédito, Financiamento e Investimentos, a Barigüi Financeira vem operando no crédito pessoal a servidores públicos e beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, este o seu principal produto, representando mais de 95% do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com forte concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentam atrasos nos repasses das folhas de pagamento e consequente nível reduzido de inadimplência.

No que tange ao Conglomerado, a outra instituição integrante, Barigüi Companhia Hipotecária, participante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de créditos imobiliários, tendo como "funding" captações via letras de crédito imobiliário (LCIs). Esta sociedade permanece expandindo seus negócios e contribuiu de forma importante (cerca de 46%) para o resultado positivo do Conglomerado.

O lucro do exercício da Barigüi Financeira, já reconhecendo os resultados advindos do seu controle sob a Cia Hipotecária, foi de R\$ 8.585 mil, antes da distribuição dos Juros Sobre o Capital Próprio, sendo que estes alcançaram 3.260 mil. Tal resultado proporcionou uma rentabilidade de 19% sobre o patrimônio líquido médio. O índice de Baseleia alcançou 16,95%, que, conjugado com opção por manutenção de nível elevado (próximo ao Patrimônio Líquido) de recursos imediatamente disponíveis, refletiu a possibilidade de expansão de negócios e propícia aproveitamento de oportunidades que possam surgir em decorrência do cenário de incertezas por que passa a economia nacional.

Agradecemos a dedicada colaboração de todos que contribuíram para a obtenção dos resultados verificados no referido exercício, em especial ao corpo de funcionários e estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

Curitiba (PR), 20 de março de 2017.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 - (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Individual		Conglomerado		Passivo	Individual		Conglomerado			
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		
Circulante	144.458	132.348	190.096	181.255	Circulante	95.726	91.029	161.383	126.875		
Disponibilidades	4	1.819	879	2.442	1.632	Depósitos	13.a	25.488	27.693	25.488	27.693
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4	70.657	49.813	56.431	44.992	Depósitos a prazo		-	23.110	-	23.110
Aplicações em títulos e valores mobiliários	6	70.657	2.699	56.431	44.992	Depósitos interfinanceiros		-	23.110	-	23.110
Cotas de fundos de investimentos		-	2.699	-	2.699	Depósitos a prazo		25.488	4.583	25.488	4.583
Operações de crédito	7	68.700	74.932	118.008	121.833	Recursos de aceite de emissão de títulos	13.b	62.243	44.370	122.103	74.946
Sector privado		70.979	63.020	121.970	111.426	Recursos de letra de câmbio		62.243	-	62.243	30.576
Operações de crédito vinculadas a cessão		-	-	-	-	Recursos de letra de crédito imobiliário		-	44.370	59.860	44.370
(-) Provisão para perdas em operações de crédito		(2.279)	(3.514)	(3.962)	(5.291)	Outras obrigações		7.995	18.966	13.792	24.236
Outros créditos	8	1.494	1.830	4.103	2.241	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		9	23	53	129
Créditos tributários		928	529	2.020	763	Sociais e estatutárias		3.278	1.525	3.467	1.634
Diversos		566	1.201	2.083	1.478	Fiscais e previdenciárias	14	648	460	2.627	2.841
Outros valores e bens	9	1.788	2.195	9.112	7.856	Diversas	15	4.060	16.958	7.645	19.632
Bens não de uso		-	-	8.051	4.106	Não circulante		157.250	150.725	268.534	265.763
(-) Provisão para desvalorização de bens		-	-	(1.569)	-	Exigível a longo prazo		157.250	150.725	268.534	265.763
Outros valores e bens		1.788	2.195	2.530	3.750	Depósitos	13.a	-	22.102	-	22.102
Não circulante		157.064	152.921	289.242	255.587	Depósitos a prazo		-	22.102	-	22.102
Realizável a longo prazo	6	142.742	141.613	288.496	254.953	Recursos de aceite de emissão de títulos	13.b	155.854	127.599	264.882	241.194
Títulos e valores mobiliários		-	-	755	-	Recursos de letra de câmbio		155.854	127.599	155.854	127.599
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	Recursos de letra de crédito imobiliário		-	-	109.028	113.959
Operações de crédito	7	138.786	135.796	278.728	245.739	Outras obrigações		1.396	1.024	3.652	2.467
Sector privado		140.492	137.414	283.983	249.302	Diversas	15	782	409	3.038	1.852
(-) Provisão para perdas em operações de crédito		(1.706)	(1.618)	(5.203)	(3.563)	Divida subordinada elegível a capital	16	614	615	614	615
Outros créditos	8	1.289	1.799	2.854	3.202	Patrimônio líquido		18.454	43.515	49.421	44.202
Diversos		517	536	604	559	Capital social		23.000	23.000	23.600	23.420
Créditos tributários		1.099	1.590	2.987	2.910	De domiciliados no país	18.a	23.000	20.000	23.600	20.180
Outros valores e bens	9	2.667	4.018	6.097	6.012	Aumento de capital		-	-	3.000	-
Outros valores e bens		2.612	3.930	3.920	5.635	pendente de aprovação BACEN		-	-	3.000	-
Bens não de uso		729	112	172	144	Reservas de capital		-	-	-	-
(-) Provisão para desvalorização de bens		(4.322)	(11.308)	(746)	(634)	Reservas de lucro		25.546	20.515	25.821	20.782
Permanente		13.723	10.768	3	4	Reserva legal	18.b	2.327	1.898	2.367	1.925
Participação em controlada	10	13.720	10.764	3	4	Outras reservas de lucro	18.c	23.219	18.617	23.454	18.857
Outros investimentos		-	-	-	-	Total do passivo		301.522	285.269	479.338	436.840
Imobilizado de uso	11	503	436	571	486						
Outros imobilizações de uso		1.468	1.357	1.596	1.450						
(-) Depreciação acumulada		(965)	(921)	(1.025)	(964)						
Intangível	12	96	104	144	144						
Licenciamento e uso de software		414	391	508	442						
(-) Amortização acumulada		(318)	(287)	(336)	(298)						
Total do ativo		301.522	285.269	479.338	436.840						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota	Individual		Conglomerado		2015		
	2º Sem 2016	2016	2015	2016			
Receitas da intermediação financeira	31.432	60.426	60.869	52.146	103.787	94.404	
Operações de crédito	7.b	27.318	52.894	53.032	47.283	95.477	86.755
Renditas com aplicações interfinanceiras de liquidez	6.c	3.865	6.985	6.698	3.859	7.008	6.146
Resultado com títulos e valores mobiliários	6.c	249	547	1.139	249	547	1.139
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	-	-	-	755	755	-
Despesas da intermediação financeira		(19.132)	(39.220)	(43.259)	(30.734)	(63.548)	(62.250)
Operações de captação no mercado	13	(17.849)	(34.982)	(32.279)	(28.782)	(57.275)	(48.459)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	23	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.c	(1.283)	(3.591)	(5.538)	(1.952)	(5.626)	(8.349)
Operações de venda ou transferência de ativo financeiro		-	(647)	(5.465)	-	(647)	(5.465)
Resultado bruto da intermediação financeira		12.300	21.206	17.610	21.412	40.239	31.790
Outras receitas (despesas) operacionais		(6.373)	(11.348)	(9.521)	(13.146)	(20.752)	(20.752)
Receita de prestação de serviços		5	6	3	422	936	764
Despesas de pessoal		(1.771)	(3.647)	(3.950)	(3.178)	(5.791)	(5.331)
Despesas administrativas	21	(4.878)	(10.326)	(10.117)	(9.314)	(19.220)	(16.544)
Despesas tributárias		(615)	(1.108)	(1.084)	(1.118)	(2.214)	(1.956)
Resultado de participação em coligadas e controladas	10	1.117	3.935	4.400	-	-	-
Outras receitas operacionais		209	282	1.769	698	1.370	3.249
Outras despesas operacionais		(440)	(490)	(542)	(656)	(995)	(1.024)
Resultados não operacionais		3	(16)	411	(1.632)	(2.050)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		5.930	9.842	8.500	6.634	12.275	11.045
Imposto de renda e contribuição social	22	(1.271)	(860)	(303)	(1.678)	(2.761)	(2.489)
Imposto de renda - corrente		(306)	(407)	(24)	(907)	(2.481)	(2.234)
Contribuição social - corrente		(272)	(361)	(6)	(500)	(1.154)	(783)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(693)	(92)	(273)	(241)	874	528
Participações nos lucros		(207)	(997)	(350)	(396)	(642)	(473)
Lucro líquido do semestre e exercícios		4.452	8.585	7.838	4.560	8.872	9.083
Juros sobre capital próprio		(1.725)	(3.260)	(2.398)	(1.725)	(3.260)	(2.398)
Quantidade de ações		23.000	23.000	23.000	-	-	-
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1		0,193	0,373	0,341	0,198	0,386	0,386

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária		
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2015	20.000	-	1.506	17.252	7.838	38.758
Lucro líquido	-	-	-	-	7.838	7.838
Por subscrição realizada	-	3.000	-	(3.000)	-	-
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	392	4.745	(5.137)	(2.398)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(390)	(390)	(693)
Dividendos	-	-	-	-	(303)	(693)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	20.000	3.000	1.898	18.617	48.545	48.545
Mutações do exercício	-	3.000	392	1.365	4.757	9.515
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2016	20.000	3.000	1.898	18.617	48.545	48.545
Lucro líquido	-	-	-	-	8.585	8.585
Aumento de capital	3.000	(3.000)	-	-	-	-
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	429	4.602	(5.031)	(2.944)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(429)	(429)	(858)
Dividendos	-	-	-	-	(294)	(858)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	23.000	-	2.327	23.219	58.545	58.545
Mutações do exercício	3.000	(3.000)	429	4.602	5.031	9.515
SALDO EM 1 DE JULHO DE 2016	23.000	-	2.104	20.865	45.969	45.969
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	4.452	4.452
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	223	2.354	(2.577)	(2.354)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(223)	(223)	(446)
Dividendos	-	-	-	-	(150)	(150)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	23.000	-	2.327	23.219	48.545	48.545
Mutações do semestre	-	-	(223)	(2.354)	(2.577)	(2.577)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Individual		Conglomerado	
	2º Sem 2016	31/12/2016	31/12/2015	2015
Lucro líquido do semestre/exercício	4.452	8.585	7.838	4.560
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	86	157	163	99
Equivalência patrimonial	(1.117)	(3.935)	(4.400)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.283	3.591	5.538	1.952
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	405	478	115	356
Provisão para riscos civis, fiscais e trabalhistas	578	768	30	1.437
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	693	92	273	241
Imposto de renda e contribuição social diferidos	207	337	358	396

(b) Descrição das principais práticas de consolidação

Na elaboração das Demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Costi, instituído pela Circular nº 1.478/2015 do BACEN...

Table with columns: Descrição, Barigui S.A., Companhia Hipotecária. Rows include Total do Ativo, Total do Passivo, Total do Patrimônio Líquido, etc.

(c) Base para compilação e formação das demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Barigui. As demonstrações financeiras referentes ao Conglomerado Financeiro utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas foram compiladas a partir das demonstrações financeiras individuais para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016...

3 Principais práticas contábeis - Individual e Consolidado

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Caixa e equivalentes de caixa. Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras...

b. Auração do resultado. O regime contábil de auração do resultado é de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais...

c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez. As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço...

d. Títulos e valores mobiliários. Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria:

• Manildas para negociação: compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem comercializados no mercado de capitais...

• Títulos mantidos até o vencimento: são títulos e valores mobiliários para os quais se possui a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento...

e. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos). As operações com derivativos, praticadas pelo Conglomerado Barigui, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação...

f. Provisão para créditos de liquidação duvidosa. (i) Operações de crédito - estão registradas por valor que agrega as rendas incorridas até a data de encerramento do balanço...

(ii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber...

(iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber...

g. Despesas antecipadas. Correspondem principalmente a: (i) Comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a valor de custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação...

(ii) Operações vendidas há mais de 60 dias - as rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

h. Investimentos. Os investimentos em controlada foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

i. Ativo imobilizado. Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade...

Equipamentos de informática
Móveis, utensílios e equipamentos de uso
Veículos
Gastos de organização e expansão

Ativo Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade.

Desenvolvimento/Licenciamento de uso de software
O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não supuseram seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de impairment.

k. Outros ativos e passivos. Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro-rata") e provisão para perda, quando julgada necessária.

l. Transação de cessão venda ou transferência de ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2012, as operações de cessão ou transferência de ativos financeiros, conforme determina a Resolução nº 3.533 do CMN, foram classificadas, considerando as suas características, na categoria descrita abaixo:

• Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: operações em que o resultado retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

m. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment). E reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

n. Depósitos e aplicações no mercado aberto. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

o. Recursos de aceites e emissão de títulos. Os instrumentos de dívida emitidos e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

p. Ativos e passivos contingentes. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em conformidade com os critérios definidos na Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

• Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto se os benefícios esperados sejam mensuráveis com suficiente segurança.

• Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos, não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

• Provisões - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança.

• Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas em andamento e aos impostos diferidos autuados e legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.

• Depósitos judiciais - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

q. Provisão para imposto de contribuição social sobre o Lucro Líquido. A provisão para imposto de renda foi constituída a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos.

r. Estimativas contábeis. As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado.

4 Caixa e equivalentes de caixa. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

Table with columns: Descrição, Individual, Conglomerado Financeiro. Rows include Disponibilidades, Caixa, Depósitos bancários, etc.

(a) As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como aplicações interfinanceiras de liquidez.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros conforme segue:

Table with columns: Descrição, Individual, Conglomerado Financeiro. Rows include Título, Taxa, Curto Prazo, etc.

6 Títulos e valores mobiliários a. Títulos e valores mobiliários. Em 31 de dezembro de 2015, os títulos e valores mobiliários estavam representados por investimentos em cotas subordinadas, a qual se classificava em "Classe Júnior", no Fundo de Investimento em Direitos Creditários Barigui Crédito Consignado (FIDC).

Descrição
Nº de quota Valor da quota Saldo em 31/12/2015
Cotas subordinadas - classe Junior 1.047,25 2.577,48 2.699

Em conformidade com a Assembleia Geral de Cotistas do Fundo, realizada em 22 de junho

de 2016, foi aprovada a liquidação do FIDC, nos termos de seu Regulamento, com a consequente extinção de suas cotas.

b. Instrumentos financeiros derivativos. A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de "swaps", envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na CETIP.

c. Resultado com aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Table with columns: Descrição, Individual, Conglomerado Financeiro. Rows include Nota, 2º sem 2016, etc.

d. Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez. Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Table with columns: Descrição, Individual, Conglomerado Financeiro. Rows include Nota, 2º sem 2016, etc.

e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa. a. Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

Table with columns: Descrição, Individual, Conglomerado Financeiro. Rows include Capital de giro, Crédito pessoal, CDC, etc.

b. Composição da carteira de crédito por atividade econômica: Indústria, Comércio, Outros serviços, etc.

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: c.1 Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Table with columns: Descrição, Individual, Conglomerado Financeiro. Rows include Saldo inicial, Constituição, Baixa para prejuízo, etc.

c.2 Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas. Individual, Conglomerado Financeiro

Table with columns: Descrição, Individual, Conglomerado Financeiro. Rows include A vencer, Até 3 meses, etc.

c.3 Composição da carteira e provisão para créditos de liquidação duvidosa por rating. O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2016 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Table with columns: Descrição, Individual, Conglomerado Financeiro. Rows include Nível, Situação, Provisão, etc.

d. Gestão do Crédito - FIDC. Em conformidade com a Assembleia Geral de cotistas do Fundo, realizada em 22 de junho de 2016 ("AGC"), foi aprovada a liquidação do Fundo de Investimento em Direitos Creditários Barigui Crédito Consignado, nos termos de seu Regulamento, com a consequente extinção de suas cotas.

continua na próxima página ->

Recursos de aceites e emissão de títulos (a) Barigui Correlora de Seguros	-	6.224	(456)	(857)	-	5.462	(698)	-	6.224	(456)	(857)	-	5.462	(698)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a) Center Automóveis Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (a) Espaço Automóveis Ltda	-	5.791	(405)	(405)	-	5.013	(661)	-	5.791	(405)	(405)	-	5.013	(661)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a) A Incorporações Ltda	-	7.462	(522)	(1.001)	-	6.461	(917)	-	7.462	(522)	(1.001)	-	6.461	(917)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a) Barigui Securitizadora S.A	-	4.339	(304)	(583)	-	3.756	(480)	-	4.339	(304)	(583)	-	3.756	(480)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a) Prestação de serviços correspondente bancário	-	1.109	(80)	(114)	-	679	(86)	-	1.109	(80)	(114)	-	679	(86)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a) Amambay Participações Ltda	-	7	-	-	-	7	-	-	365	1	7	-	(307)	(124)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a) Fórmula Automóveis Ltda	-	494	(37)	(85)	-	1.127	(127)	-	494	(37)	(85)	-	1.127	(127)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a) Instituto Barigui	-	7.980	(559)	(1.107)	-	12.037	(1.537)	-	7.980	(559)	(1.107)	-	12.037	(1.537)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a) Marumbi Investimentos Ltda	-	602	(42)	(95)	-	807	(62)	-	602	(42)	(95)	-	807	(62)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	61	(15)	(39)	-	169	(8)	-	61	(15)	(39)	-	169	(8)

20 Política de remuneração
 A Financeira remunera um só membro de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Tal remuneração é natural e variável, portanto não contemplando parcela variável. O valor no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está representado por R\$ 375 e R\$ 678 respectivamente (R\$ 159 em 31 de dezembro de 2015) e no Conglomerado Financeiro R\$ 478 e R\$ 881 respectivamente (R\$ 276 em 31 de dezembro de 2015).

21 Despesas administrativas

Individual	Conglomerado Financeiro		
	2º sem 2016	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de aluguel	172	(142)	(181)
Despesas de comunicação	(139)	(326)	(391)
Despesas com processamento de dados	(296)	(555)	(429)
Despesas com relações públicas	(11)	(20)	(37)
Despesas com propaganda e publicidade	(89)	(88)	(105)
Despesas de seguros	(329)	(587)	(121)
Despesas de serviço sistema financeiro	(116)	(283)	(352)
Despesas com serviços terceirizados (a)	(2.879)	(6.062)	(6.047)
Despesa com serv. líc. especializados	(383)	(966)	(1.247)
Despesas com depreciação/amortização	(86)	(157)	(163)
Despesas com viagens	(155)	(279)	(309)
Despesa de transporte	(38)	(100)	(99)
Despesa judicial e cartório	(25)	(48)	(89)
Despesas com consultas SP/SerCo	(30)	(64)	(121)
Outras despesas	(320)	(730)	(692)
Total	(4.878)	(10.326)	(10.117)

(a) No semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, refere-se substancialmente à (i) apropriação de despesas com comissões de correspondentes no montante de R\$ 2.059 e R\$ 4.483 respectivamente (R\$ 4.285 em 31 de dezembro de 2015) e no conglomerado R\$ 3.918 e R\$ 8.216 (R\$ 6.515 em 31 de dezembro de 2015), (ii) referente à assessoria de cobrança R\$ 311 e R\$ 616 (R\$ 819 em 31 de dezembro de 2015) e no conglomerado R\$ 1.049 e R\$ 2.228 (R\$ 1.680 em 31 de dezembro de 2015) e (iii) referente à custos de repasse a Adquirentes públicos R\$ 365 e R\$ 510 (R\$ 730 em 31 de dezembro de 2015).

22 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

Individual	Conglomerado Financeiro		
	2º sem 2016	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda corrente	(306)	(407)	(24)
Contribuição social corrente	(272)	(361)	(6)
Total	(578)	(768)	(30)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(693)	(92)	(273)
Total	(1.271)	(860)	(303)

A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP") convertida na Lei 13.169 de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% com vigência em 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016. O aumento dos saldos de créditos tributários decorrentes dessa majoração de alíquota foi no montante de R\$ 308 e terá sua realização de acordo com o estudo dos créditos tributários, elaborados pela Administração, estando fundamentados na Resolução CMN nº 3.059 e Circular nº 3.171, nas quais foram cumpridos os requisitos estabelecidos nas normas do Banco Central do Brasil para ativos fiscais diferidos.

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

Individual	Conglomerado Financeiro		
	2º sem 2016	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, juros sobre o capital próprio e participação dos empregados	5.930	9.842	8.500
Juros sobre Capital Próprio	(1.725)	(3.260)	(2.398)
Participação dos Empregados	(207)	(397)	(359)
Resultado Antes dos Impostos de Renda e Contribuição Social	3.998	6.185	5.743
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente	(1.799)	(2.783)	(2.584)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:	-	-	-
Adições Temporárias	-	-	(628)
Adições Permanentes	(3)	(3)	(5)
Exclusões	-	-	-

IVO LUIZ ROVEDA Presidente	ENIO FORNEA JUNIOR Vice Presidente	FELIX ARCHANJO BORDIN Conselheiro	ANTÔNIO BORDIN NETO Conselheiro	PAULO DE PAULA ABREU Conselheiro	RODRIGO O. DE ARAÚJO PINHEIRO Conselheiro	CRISTIANE APARECIDA DAMIRAT Contadora CRC PR 0639968-0-2
--------------------------------------	--	---	---	--	---	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Conselho de Administração da Barigui S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos
 Curitiba - PR

Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Barigui S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Barigui S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção 4 seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
 A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório

Equivalência

Alteração alíquota CSLL - Imposto Corrente	518	1.786	1.980
Alteração alíquota CSLL - Créditos Tributários	-	-	26
Deduções por incentivos fiscais/outras	19	19	-
Outros	687	213	873
Impostos de Renda e Contribuições Social	(578)	(768)	(30)

2º Sem 2016 **31/12/2016** **31/12/2015**

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, juros sobre o capital próprio e participação dos empregados

Juros sobre Capital Próprio	6.599	12.240	11.045
Participação dos Empregados	(1.725)	(3.260)	(2.398)
Resultado Antes dos Impostos de Renda e Contribuição Social	4.478	8.338	8.174
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente	(2.015)	(3.752)	(3.678)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:	-	-	-
Deduções por incentivos fiscais	(449)	(2.580)	(1.120)
Adições Permanentes	(24)	(24)	(5)
Exclusões	-	-	-
Equivalência	518	1.786	1.980
Deduções por incentivos fiscais	122	122	-
Alteração alíquota CSLL - Imposto Corrente	-	-	26
Alteração alíquota CSLL - Créditos Tributários	-	-	308
Outros	411	813	-
Impostos de Renda e Contribuições Social	(1.437)	(3.635)	(2.489)

c. Movimentação dos créditos tributários:

Individual	Conglomerado Financeiro		
	Saldo Inicial 31/12/2015	Constituição (Reversão)	Saldo final 31/12/2016
Imposto de renda	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	845	456 (146)	1.155
Provisão para contingências	100	94 (73)	121
Outras provisões	222	165 (538)	(151)
Créditos Tributários de IRPJ	1.167	716 (737)	1.142
Contribuição social	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	689	316 (120)	925
Provisão para contingências	82	74 (59)	97
Outras provisões	181	130 (431)	(120)
Créditos Tributários de CSLL	952	560 (610)	902
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	2.119	1.275 (1.367)	2.027

Individual	Conglomerado Financeiro		
	Saldo Inicial 31/12/2015	Constituição (Reversão)	Saldo final 31/12/2016
Imposto de renda	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.892	983 (332)	2.543
Provisão para contingências	114	109 (85)	138
Outras provisões	342	690 (690)	342
Créditos Tributários de IRPJ	2.348	1.782 (1.107)	3.023
Contribuição social	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.072	539 (187)	1.424
Provisão para contingências	87	79 (63)	103
Outras provisões	225	219 (486)	57
Créditos Tributários de CSLL	1.384	836 (736)	1.584
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	2.119	2.718 (1.843)	4.607

conglomerado Financeiro
 Considerando as expectativas de resultado futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração da Financeira acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2016 tenham sua realização futura da seguinte forma:

INDIVIDUAL

	31/12/2017	31/12/2018	TOTAL
Créditos Tributários de Imposto de Renda	-	-	-
Diferenças Temporária	514	611	1.125
Valor Presente	453	473	926
Créditos Tributários de Contribuição Social	-	-	-
Diferenças Temporária	413	489	902
Valor Presente	363	378	741

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

IVO LUIZ ROVEDA Presidente	ENIO FORNEA JUNIOR Vice Presidente	FELIX ARCHANJO BORDIN Conselheiro	ANTÔNIO BORDIN NETO Conselheiro	PAULO DE PAULA ABREU Conselheiro	RODRIGO O. DE ARAÚJO PINHEIRO Conselheiro	CRISTIANE APARECIDA DAMIRAT Contadora CRC PR 0639968-0-2
--------------------------------------	--	---	---	--	---	--

CONGLOMERADO FINANCEIRO

	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	TOTAL
Créditos Tributários de Imposto de Renda	-	-	-	-
Diferenças Temporária	1.317	648	1.058	3.023
Valor Presente	1.159	501	720	2.381
Créditos Tributários de Contribuição Social	-	-	-	-
Diferenças Temporária	707	502	390	1.599
Valor Presente	617	388	299	1.285

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa de juros anual de 13,65% (Selic).
 A Financeira e a sua controlada não deixaram de ativar os créditos tributários durante o exercício de 2016 e 2015.

23 Patrimônio líquido exógeno (Acordo da Basileia) - Conglomerado Financeiro
 As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 10,5% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir 2013, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar para Basileia III, conforme determinado pela Resolução 4.192/2013, com nova metodologia de mensuração, análise e administração do risco contábil e do risco operacional. Este índice em 31 de dezembro de 2016 atingiu 16,95%, representativo do Conglomerado Barigui, atendendo preceitos regulamentares.

	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio de referência	50.123	44.191
Índice de Basileia BACEN	16,95%	-

24 Estrutura de gerenciamento de riscos

A Financeira atua com um Comitê de Gerenciamento de Risco, composto pelos membros de sua Diretoria e presidido pelo Diretor Presidente. O assunto tem merecido a devida atenção daquele Colegiado, por sua relevância, envolvendo os riscos: Operacional, Mercado/Liquidez, de Crédito e Gerenciamento de Capital, na forma da regulamentação baixada pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Cada um deles conta com diretor responsável, devidamente registrado no Bacen, e são emitidos relatórios individualizados anualmente. O Manual de Procedimentos Internos, em seus diversos módulos, onde estão descritas todas as rotinas dos negócios praticados na Financeira, contempla tópico específico sobre a matéria em questão, e tem sido alvo de atualizações, mantendo-se, dessa forma, a participação dos diversos setores internos da Financeira no controle e gerenciamento dos riscos, a partir da base das operações cursadas.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios da Financeira podem ser considerados como:

a. Risco de crédito
 Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Financeira atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades próprias de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

b. Risco operacional
 No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Financeira deu continuidade aos seus esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. Assim, a prevenção a fraudes, internas e externas, e as medidas de segurança para regular funcionamento dos sistemas informatizados, são objetivos permanentes da Administração. Estão ainda emitidas nos serviços próprios ações que podem ser classificadas como preservação de reputação e imagem.

c. Risco de mercado
 Os riscos de mercado, identificados como aqueles decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação e devolvidos para o emitente, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange as variações das taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Financeira com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, a Financeira emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado, com diversificação de investimentos.

d. Risco de liquidez
 O fundamento principal é a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Financeira. Adicionalmente, a financeira dispõe de alternativas que atendam, prontamente, situações incômodas de necessidades de caixa, em momentos de extrema relevância para os negócios.

e. Risco de gerenciamento de capital
 Avaliação permanente da necessidade de capital da Financeira para fazer face aos riscos que está sujeita, inclusive a necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia.

A Financeira realiza testes de estresse, aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que levem a Financeira a suportar os efeitos assim levantados.

25 Eventos subsequentes
 A Barigui Financeira efetuou em Março de 2017, aumento de capital no montante total de R\$ 22.000, sendo R\$ 1.502 em dinheiro, saldo remanescente de juros sobre capital próprio R\$ 698 e R\$ 19.800 por meio da utilização do saldo da reserva estatutária, estando pendente a aprovação do Banco Central do Brasil.

Curitiba (PR), 20 de março de 2017

DIRETORIA			
RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO Diretor Presidente	PAULO DE PAULA ABREU Diretor Superintendente	MARIA TERESA FORNEA Diretora Executiva	EWALDO LEANDRO PERUSSOLO Diretor Executivo

RESPONSÁVEL TÉCNICA

CRISTIANE APARECIDA DAMIRAT Contadora CRC PR 0639968-0-2
--

KPMG Auditores Independentes
 CRC 2F/P01428/0-6-F-PR

João Paulo Dal Poz Alouche
 Contador CRC 1SP245785/0-2